

COMUNICAÇÃO

A COMPETITIVIDADE DA SOJA, DO TRIGO, DO MILHO E DO ARROZ SUL-RIO-GRANDENSE DIANTE DO MERCOSUL NO PERÍODO DE 1986 A 1997¹

Cidonea Machado Deponti*

1. Introdução

Dada a crescente internacionalização das economias, neste final de século, verifica-se um aumento na interdependência entre as nações, que se manifesta através da globalização da economia mundial e da tendência à formação de espaços econômicos, que assumem a forma de blocos de países.

Diante dessa tendência, os países da América Latina têm se sentido estimulados a buscar a integração econômica para evitar o isolamento, seja retomando antigos projetos, seja promovendo acordos sub-regionais, como é o caso do Mercosul. Esse movimento aglutinador, contudo, não descarta a exposição à concorrência internacional que levará essas economias a buscarem ganhos de eficiência e de produtividade, a fim de se tornarem mais competitivas nos mercados internacionais. Em definitivo, pretende-se uma inserção competitiva na economia mundial e uma maior participação nos fluxos de comércio internacional.

Nesse sentido, desenvolveu-se uma pesquisa sobre uma das partes que compõem o universo complexo do Mercosul, ou seja, estudou-se a competitividade da soja, do milho, do trigo e do arroz sul-rio-grandense diante do Mercosul, no período de 1986 a 1997, através dos conceitos macro, eficiência e desempenho. Os objetivos específicos concentravam-se na verificação da influência da taxa de câmbio bilateral real sobre o custo de produção, na verificação da influência da taxa de câmbio bilateral sobre o fluxo comercial (exportação e importação de trigo, do soja, do milho e do arroz) e na comparação das produtividades das culturas citadas.

2. Marco Referencial Teórico

O marco teórico desta pesquisa situa-se nos conceitos desempenho, macro e eficiência, definidos por Pinheiro (1992) para avaliar o grau de competitividade da economia e na taxa de câmbio.

¹ Esta Comunicação refere-se à Monografia de graduação, defendida no Curso de Ciências Econômicas da UFSM, sob a orientação do Prof. Dr. Adayr da Silva Ilha.

*Bacharel em Ciências Econômicas pela UFSM.

2.1. Competitividade

O conceito *desempenho*, associa a competitividade de um país à sua performance no mercado internacional, está relacionado com a capacidade do país de conquistar uma maior fatia do mercado. Apresenta como principal vantagem a facilidade de construção de indicadores, por exemplo, a participação do país no comércio internacional e o saldo de sua balança comercial. Para este estudo, utilizou-se a exportação e a importação do Rio Grande do Sul com relação aos países do Mercosul.

O conceito *macro* avalia a competitividade de um país a partir de variáveis que dependem de decisões de política econômica, tais como: a taxa de câmbio, os incentivos e os subsídios à exportação e a política salarial. A taxa de câmbio efetiva real e a relação entre câmbio/salário são os indicadores macro tradicionais. Este indicador foi estudado através da influência da taxa de câmbio bilateral real sobre o fluxo comercial.

O conceito *eficiência* associa a competitividade de uma economia às suas características estruturais, ou seja, à capacidade de produzir determinados bens com níveis de eficiência e de qualidade iguais e/ou superiores aos de seus competidores. A competitividade foi estudada, neste caso, através da produtividade e do custo de produção.

A competitividade pode ser entendida como a capacidade de uma determinada economia, ou de um setor econômico, ou de um conjunto articulado ou complexo de atividades produtivas e comerciais ligadas a uma produção, de concorrer com produções de outras em determinados espaços físicos e econômicos, pela satisfação da demanda destes. E ainda, segundo Perez (1988, p.42) como a habilidade dos produtores rurais de um país de concorrer com a produção dos outros de outro país, em função dos custos de produção e de comercialização dos bens agrícolas, os quais podem ser afetados pela intervenção governamental via impostos e subsídios.

2.2. Taxa de câmbio

Quando se analisa uma economia aberta, surge o setor externo, onde interagem agentes econômicos nacionais e internacionais. Os fluxos econômicos realizados entre os agentes internos e os externos convergem na taxa de câmbio.

A taxa nominal de câmbio é o preço de uma unidade monetária local expresso em outra unidade monetária de outro país. A taxa nominal (e)

converte um preço qualquer expresso em divisas (P^*) em seu equivalente (P), e vice-versa:

$$P = e \cdot P^*$$

A taxa de câmbio real mede a competitividade de um país no comércio internacional. Ela é dada pela razão dos preços dos bens estrangeiros, medidos em dólares, em relação ao preço dos bens domésticos. Dornbush (1991)

A taxa real de câmbio (er) expressa, em moeda local, o preço de produtos e ativos estrangeiros relativo ao preço local.

$$er = (e \cdot P^*) / P$$

Quando a taxa real de câmbio é definida a partir da evolução entre dois países, é denominada taxa real bilateral de câmbio. Devido à pluralidade de parceiros externos do país, existem muitas taxas bilaterais. A taxa de câmbio efetiva ou multilateral busca captar uma média entre essas taxas de câmbio (representa o preço de uma cesta representativa de moedas estrangeiras), uma média ponderada de acordo com o peso relativo dos países nas transações comerciais da economia local.

Uma desvalorização ocorre quando o preço das moedas estrangeiras sob um regime de taxa de câmbio fixa é aumentado por uma ação oficial. Um aumento na taxa de câmbio real, ou uma depreciação real, significa que os preços de bens estrangeiros, expressos em moeda nacional, aumentam em relação aos preços dos bens produzidos no país. Dessa forma, os bens importados estariam tornando-se mais caros que os bens domésticos. Isso implica que os consumidores provavelmente destinem maior parte da renda ao consumo de bens domésticos. Com isso ocorre um aumento de competitividade dos produtos nacionais, uma vez que esses bens tornam-se mais baratos que os estrangeiros, tanto no país com fora dele. No caso de uma apreciação real, os bens domésticos estariam relativamente mais caros e, conseqüentemente, haveria uma perda de competitividade.

3. Considerações Finais

Com base nos conceitos macro, desempenho e eficiência, que avaliam o grau de competitividade das economias, chegou-se as seguintes conclusões.

Com relação ao conceito macro e desempenho, observa-se que a influência da taxa de câmbio bilateral real sobre o fluxo comercial no período analisado não se comportou como fator determinante, o que pode ser observado através dos coeficientes de correlação que foram muito baixos. As variações nas exportações e nas importações do Rio Grande do Sul com relação ao Paraguai, ao Uruguai e a Argentina melhor se explicam pelos fatores naturais e pelos planos de estabilização.

Com base nessa observação, conclui-se que o impacto da política cambial nacional exerceu, no período estudado, influência diminuta sobre o fluxo comercial e, portanto, sobre a competitividade do soja, do trigo, do arroz e do milho sul-rio-grandense diante do Mercosul.

Com relação ao conceito eficiência, destaca-se como mais competitivo, em termos de custo de produção, o Paraguai, para a produção de trigo e de soja, o Rio Grande do Sul, para a produção de arroz e o Uruguai, para a produção de milho. Em termos de produtividade a Argentina foi a mais competitiva para a cultura de soja, de trigo, de milho e o Uruguai, para a cultura do arroz.

Avaliando a competitividade com base nos três conceitos, conclui-se, de modo geral, que o Paraguai apresenta-se mais competitivo em termos de custo de produção, a Argentina apresenta-se mais competitiva em termos de rendimento médio e em relação ao fluxo comercial.

As vantagens da produção argentina sobre os demais integrantes do bloco regional advêm, principalmente, dos reduzidos gastos com insumos proporcionados pelos solos férteis e boas condições climáticas.

O Paraguai e o Uruguai, apesar de se mostrarem competitivos para algumas culturas, apresentam produções inexpressivas, mas auto-suficientes no âmbito do Mercosul.

Com relação ao Rio Grande do Sul, conclui-se que o estado deverá buscar estratégias que elevem sua competitividade, pois, diante do Mercosul, mostra-se o menos competitivo, de acordo com os três conceitos. No entanto, ressalta-se que o estado sul-rio-grandense deverá continuar produzindo tais produtos, porque é responsável por grande parcela da produção nacional, pois o Brasil apresenta grande demanda interna, necessitando do abastecimento do estado.

4. Referências Bibliográficas

- ADAMS, Reinaldo I. Agricultura no Cone Sul. **in:** SEITENFUS, Vera. M. P. & BONI, Luís. A. de (Org.). **Temas de integração Latino Americana**. Petrópolis: Vozes Ltda / UFRGS, 1990. 282 p. p.197-217.
- ALMEIDA, Paulo R. **O Mercosul no contexto regional e internacional**. São Paulo: Aduaneiras Ltda; 1993. 204 p.
- DORNBUSH, Rudiger e FISCHER, Stanley. **Macroeconomia**. 2. ed. São Paulo: Makron, McGraw-Hill; 1991. Cap. 6 - Relações Internacionais, p.200-252 e Cap. 20 - O ajustamento Internacional e a Interdependência, p.874-930. 930 p.
- PÉREZ, José E. G. **A integração Brasil- Argentina um estudo da competitividade na produção de grãos**. Porto Alegre-RS: UFRGS, 1988. 257 p. Tese de conclusão dos Cursos de Pós Graduação em Economia Rural, Sociologia Rural e Economia - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- PÉREZ, José E.G. & STÜLP, Valter J. Integração Brasil-Argentina e a Produção de Grãos. **Análise Econômica**. Porto Alegre, v. 7, n. 12, nov. 1989.
- PINHEIRO, Armando C. e HORTA, Maria H. A competitividade das exportações brasileiras no período de 1980-1988. **In:** XX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 1992, Campos de Jordão. Anais ... Campos de Jordão, São Paulo, 1992, 619 p. p.1-30.
- RATTI, Bruno. **Comércio internacional e câmbio**. 9 ed. São Paulo: Aduaneiras, 1997. 486 p. 4 Parte - A integração econômica latino-americana. p. 415-453.
- SEVERO, José R. A agricultura no Mercosul. **Revista de Política Agrícola**. Ministério da Agricultura e do Abastecimento - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. Ano VI, n. 2, p.22-28, abr/maio/jun. 1997.
- STÜLP, Valter, J. Custos e rentabilidade da agricultura no sul do Brasil. IEPE/UFRGS. **A Agropecuária no contexto do Mercosul**. Porto Alegre-RS, 1992. p.62-97.
- ZINI JÚNIOR, Álvaro A. **Taxa de câmbio e política cambial do Brasil**. São Paulo: USP-BM&F, 1993, p.192.